



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

**A VOZ DAS MULHERES CAMPONESAS DE SERGIPE:
UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORAS PARA A MARCHA
DAS MARGARIDAS**

LUI DUQUE MAGNO ¹

RESUMO:

O artigo aborda, com base no materialismo histórico dialético, como a experiência de formação de multiplicadoras para a Marcha das Margaridas impacta a percepção das mulheres camponesas de Sergipe quanto à opressão exercida pelo patriarcado sobre elas. Conclui-se que estas se tornam agentes de enfrentamento ao sistema cisheteropatriarcal, racista e capitalista ao se reconhecerem como feministas.

Palavras-chave: Marcha das Margaridas; gênero; multiplicadoras; formação; Sergipe.

RESUME:

The paper addresses, based on dialectical historical materialism, how the experience of training multipliers for the Marcha das Margaridas impacts the perception of Sergipe peasant women regarding the oppression exercised by patriarchy over them. This way they become agents of confrontation with the cisheteropatriarchal, racist and capitalist system by recognizing themselves as feminists.

Keywords: Marcha das Margaridas; gender; multiplier; training; Sergipe.

Introdução

A Marcha das Margaridas é uma ação coletiva, coordenada pelas mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

¹ Universidade Federal de Sergipe



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

(CONTAG) de vinte e sete federações e sindicatos filiados em parceria com mulheres do campo, mulheres das águas e das florestas² e mulheres organizadas da cidade, que culmina com um ato político em marcha, nas ruas da capital, Brasília, sempre no mês de agosto, a cada quatro anos.

A história da marcha, que se iniciou antes do ano 2000³, foi de luta para criar, primeiramente, um ambiente menos hostil para o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras e ampliar a voz ativa delas dentro dos sindicatos e movimentos, o que se traduziu, mais a frente, na ocupação paritária, entre homens e mulheres, na diretoria da CONTAG e proporcionou a criação de um espaço de protagonismo para a luta das mulheres pelos seus direitos.

[...] e deram a ela o nome de Marcha das Margaridas, em homenagem à líder sindical Margarida Maria Alves, primeira presidenta do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande na Paraíba, que foi brutalmente assassinada na porta de sua casa, em 1983, a mando de latifundiários da região incomodados com a luta intransigente desta mulher em defesa dos direitos trabalhistas e do direito à terra para trabalhadores rurais (TEIXEIRA et al., 2023, p. 50).

Em sua grande maioria, as longas fileiras que marcham pela cidade são compostas por mulheres trabalhadoras rurais e urbanas, pertencentes às camadas populares, pretas, exploradas e marginalizadas. Caminham para fazer ecoar a voz de Margarida Alves: “é melhor morrer na luta do que morrer de fome”⁴ e para se apresentar perante o representante presidencial, a fim de buscar uma resposta ao documento com as reivindicações de cada estado, coletadas através da articulação entre as federações estaduais da CONTAG, que foi enviado antecipadamente.

Convém pontuar que o movimento camponês é historicamente criminalizado por conta de um imaginário alicerçado na falta de conhecimento acerca da luta campesina em prol de mudar a ordem social vigente ou ainda por conta da difamação orquestrada por projetos políticos hegemônicos, assim como ocorre com a imagem da maioria dos movimentos sociais brasileiros.

Mas os movimentos sociais contemporâneos não se limitam ao combate das expressões da questão social, que são explicadas como contradições provenientes do sistema de classes, o que se evidencia no que Gohn (1997) explica, à luz da análise marxista, sobre os movimentos sociais serem caracterizados por se organizarem para lutar por mudanças significativas no modelo

²As mulheres das águas e das florestas são as mulheres de comunidades tradicionais ribeirinhas, mulheres pescadoras e marisqueiras e mulheres dos povos originários, marginalizadas e esquecidas por anos pela maioria das articulações feministas.

³Ano da primeira edição da Marcha das Margaridas, cujo tema foi “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”.

⁴(TEIXEIRA et al., 2023, p. 138).

societário conservador, com a intenção primordial de tornar a sociedade menos desigual e refrear os impactos dos sistemas opressivos.

Para Touraine (2006), em relação ao conceito de movimentos sociais, nos últimos anos, houveram algumas disputas teóricas, que ainda hoje se apresentam de maneira contundente, sendo que há quem defenda que os movimentos sociais pertencem a uma sociedade que não existe mais, a sociedade proletária. Contudo, para ele, movimentos sociais são agremiações comunitárias que questionam um modelo de soberania que se espalha por toda sociedade.

Um adendo valioso postulado por Montaño e Duriguetto (2010) menciona a diferença entre movimentos sociais e mobilizações sociais. Os autores inferem que os movimentos sociais são organizações consistentes compostas por pessoas que compartilham algo, seja o vínculo com uma classe social, uma necessidade ou, até mesmo, uma mesma causa, enquanto as mobilizações sociais duram o tempo de se esvaziarem em suas próprias realizações, sendo, inclusive, ferramenta utilizada pelos movimentos sociais e, a depender da conjuntura, podem vir a configurar-se como evento fundante de um novo movimento.

Gohn (2007), ao analisar os movimentos sociais da atualidade, entende que é possível dividi-los em três tipos, conforme o modelo organizacional e estrutural que estes adotam. O primeiro tipo é de lutas identitárias por direitos, compostas por grupos excluídos que lutam por uma causa particular que afeta a segurança de sua própria existência. O segundo tipo é de luta por melhores condições de vida e de trabalho, que colocam em pauta os impactos do capitalismo e as desigualdades sociais e econômicas. E o terceiro tipo é de lutas em rede sociopolíticas e culturais, que mesclam os atores e as causas dos dois tipos anteriores e transpõem divisas territoriais.

Nesse sentido, os movimentos camponeses estão inseridos no segundo tipo, ao passo em que lutam por acesso à terra para plantar e assim garantir que a cidade jante⁵. Assim sendo, a sua luta é por melhores condições de vida, não apenas para os participantes do movimento, mas para a sociedade em geral, visto que a agricultura familiar é responsável por plantar a maior parte do alimento que chega à mesa dos brasileiros. Entretanto, as mulheres camponesas feministas, transcendem essa esfera, não no sentido de superar, mas no sentido de ir além desta, e, portanto, estão posicionadas no tipo identitário também, ao entenderem que a opressão que sofrem por

⁵Inspirado no lema associado aos trabalhadores e trabalhadoras do campo: “Se o campo não planta a cidade não janta”. Autoria desconhecida.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

serem mulheres não é um desdobramento da opressão da exploração do capital, mas sim uma dilatação da opressão do patriarcalismo que é um sistema anterior ao capitalismo.

Em consequente, mesmo reconhecendo a importância de contextualizar o movimento feminista historicamente no mundo, estudar sobre as primeiras ondas, delimitando que a primeira foi a ascensão do movimento a favor do sufrágio feminino; a segunda contemplou o fervor da revolução sexual - principalmente em favor da inserção das mulheres no mercado de trabalho; e a terceira rondou em torno de institucionalizar e organizar o movimento, permite elucubrar que as três primeiras ondas contemplaram apenas as mulheres de pele clara da alta sociedade, que teriam acesso a quaisquer direitos que fossem conquistados, como aponta Oliveira (2015).

Lima, Vasconcellos e Jalil (2021), indicam que a história conhecida sobre o avanço do movimento feminista mundialmente é narrada tendenciosamente por mulheres privilegiadas que demandavam, por exemplo, a sua inserção na esfera do emprego, coisa que as mulheres negras nunca precisaram pleitear, visto que sempre ocuparam postos de trabalho, primeiramente devido à obrigatoriedade da escravização e depois pela necessidade de manter a subsistência de suas famílias.

Vale ressaltar que pensar o grupo de mulheres camponesas compreende entender, primeiramente, que por vezes o caráter de uma agremiação de mulheres não tem um cunho de resistir às estruturas sociais que as oprimem e que, por isso, nem todo coletivo de mulheres deve ser entendido como um movimento feminista, apesar de que todo movimento feminista é um movimento de mulheres, como destaca Carmem Silva (2016).

Em consonância com essa ideia, é importante captar a necessidade de falar sobre feminismos plurais inclusive para

[...] problematizar a concepção predominante que classifica o movimento feminista como um movimento de classe média, formado por mulheres brancas e acadêmicas. O debate latino-americano sobre a existência de um feminismo hegemônico no continente que não considera a questão de raça e classe, relacionado à colonialidade do poder e do saber, não pode desconhecer feminismos contra-hegemônicos que foram se consolidando ao longo da história do movimento de mulheres feministas na experiência brasileira e, quiçá, latino-americana. (SILVA, 2016, p. 15).

À vista disso, questiona-se: as mulheres organizadas em movimentos sociais camponeses de Sergipe podem, de alguma forma, ser entendidas como agentes do enfrentamento ao sistema patriarcal, racista, classista/capitalista e cisheteronormativo? É isso que esse trabalho visa debater.

As relações sociais e sexuais de exploração dentro dos movimentos de luta de classe



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

É inevitável aludir que as mulheres camponesas estão inseridas nas camadas populares. De maneira corriqueira subentende-se que essas camadas são compostas por pessoas da classe trabalhadora urbana e rural que vivem na condição de exploradas pelas pessoas das classes abastadas. Porém, de acordo com Simionatto (2009), para definir as classes subalternas na perspectiva gramsciana é necessário analisar quais grupos de pessoas as estruturas de dominação da sociedade vão subjugar, através da limitação do acesso às condições mínimas de sobrevivência, invisibilização das necessidades objetivas, supressão dos direitos e marginalização da vida em sociedade.

Dito isto, Lima, Vasconcellos e Jalil (2021) entendem que há três “lugares” de organização da categoria feminina na América Latina. Com a intenção de analisar em qual dessas seções estão localizadas as mulheres camponesas, convém explicitá-las. A primeira frente de ação é composta por mulheres organizadas em torno das bandeiras de luta conhecidas como feministas porque carregam como seu mote principal “esforços explícitos no sentido de denunciar a existência de relações de gênero que subordinam as mulheres e de criar uma agenda específica para transformar o sexismo existente nos diferentes âmbitos da sociedade” (Lima; Vasconcellos; Jalil, 2021, p. 12).

Na segunda frente de ação, estão as mulheres que atuam em movimentos tradicionais como sindicatos ou partidos políticos, ou seja, “são mulheres que tentam ser incluídas e modificar esses espaços e exigem sua maior inserção nos processos de decisão, lutando por reconhecimento público dos direitos femininos” (Lima; Vasconcellos; Jalil, 2021, p. 12). As autoras mencionam ainda nessa frente as mulheres que ocupam posições de liderança em movimentos sociais, mesmo que populares.

Há, ainda, uma terceira frente de ação da luta das mulheres, que seria aquela da organização das mulheres populares. Essa organização é caracterizada, para as autoras, pelo conjunto de mulheres que buscam atender as necessidades e demandas mais básicas de sobrevivência de suas comunidades, desde seu papel social enquanto mães e cuidadoras. Ações antes fragmentadas e individuais, cumpridas pelas mulheres no espaço doméstico, são tornadas públicas e transformadas em coletivas. Aqui são usualmente colocadas as ações coletivas de mulheres populares na luta para garantir alimentação, educação, saúde, infraestrutura sanitária, transporte, entre outros elementos de necessidades de subsistência e sobrevivência para os lugares onde vivem. (LIMA; VASCONCELLOS; JALIL, 2021, p. 13).

É nessa terceira frente que estão alocadas as mulheres camponesas que se organizam coletivamente. Para as pesquisadoras, tanto seus corpos como seus territórios são vitimizados pela exploração característica do capitalismo.

Sem essas possibilidades de extração de trabalho não remunerado, o sistema capitalista não teria vias de sustentação. Há uma conexão material e simbólica dessas opressões que

não pode ser ignorada e que nos indica que repensar a sobrevivência é, também, enfrentar o patriarcado e o racismo e sua invisibilidade ante as pautas priorizadas pelo movimento feminista. (LIMA; VASCONCELLOS; JALIL, 2021, p. 15).

De acordo com Santos (2019), os movimentos sociais do campo, bem como a esquerda brasileira e outros movimentos sociais organizados, estiveram por muito tempo pautados na perspectiva socialista afinada com a abordagem do marxismo dogmático, que como explicita Saffioti (1987), acredita que a resolução dos problemas da sociedade seria a extinção da divisão social de classes e dessa forma o “patriarcado e racismo são, pois, tomados como questões secundárias, menores[...] mesmo quando fundidos com o capitalismo, porque reduzem os três sistemas de dominação-exploração a um único: o das classes sociais” (Saffioti, 1987, p. 114).

Todavia, as estruturas sociais e os sistemas de exploração e opressão nelas existentes, a saber o patriarcalismo, o racismo e o capitalismo, apesar de precisarem ser conceituados separadamente a fim de compreender suas características singulares, também devem ser pensados em conjunto visto que estão imbricados e apoiados uns nos outros. Como postulou Saffioti (2015), há uma relação de interdependência entre esses sistemas, historicamente construída, de modo a formar um nó que pouco constringe e mais emaranha essas contradições, pois “acompanha a instabilidade dos processos sociais” (Saffioti, 2015, p. 83).

Mesmo assim, a secundarização da luta das mulheres foi inevitável, visto que na base fundante da luta camponesa pairava a concepção de que “a luta das mulheres deveria se definir como uma luta posterior à luta por terra e/ou por renda no campo” (Santos, 2019, p. 108). Isso se deu por conta do machismo introjetado na sociedade, ao qual os movimentos sociais não estão imunes, porque o sistema cisheteropatriarcal, racista e capitalista que se impõe na sociedade, conseqüentemente, também se impõe nos coletivos políticos organizados em movimentos camponeses e, desta forma, mesmo as organizações que lutam contra o sistema opressivo e explorador do capital, não necessariamente estarão lutando contra o patriarcalismo e racismo, sistemas anteriores ao capitalismo mas que a ele dão suporte.

A formação de multiplicadoras para a Marcha das Margaridas 2023

É condição *sine qua non* compreender que as mulheres inseridas nos movimentos sociais camponeses precisaram driblar o patriarcado que sempre as oprimiu, mesmo sem dele ter consciência concreta, mas ainda assim sendo impactada por ele, para através do processo de formação feminista, compreender que a sua condição de oprimida não se restringe as questões de classe e se intensifica por conta do gênero e da raça.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

De acordo com o que narra o livro *Marcha das Margaridas: caminhos, memórias e repercussões* (2023), no seio do movimento camponês, a articulação da Marcha das Margaridas teve e tem um papel de extrema importância nesse processo de reconhecimento das mulheres como feministas.

A formação político-sindical sempre se apresentou como uma das estratégias fundamentais na organização e luta das mulheres trabalhadoras rurais agricultoras familiares.[...] O processo de organização das mulheres no interior do MSTTR⁶ e as ações coletivas vindas desse processo, particularmente a Marcha das Margaridas 2000, fomentou o debate sobre a formação política das mulheres como estratégia de organização e avanço das suas lutas[...] (TEIXEIRA et al., 2023, p. 96).

Sendo assim, desde o ano de 2010, como parte das atividades preparatórias que antecedem a marcha, acontece, até hoje, a formação de educadoras populares feministas como multiplicadoras de uma “perspectiva feminista, construída pelas mulheres do campo e das florestas” (Teixeira et al., 2023, p. 69). Um ano antes do ato político da Marcha das Margaridas, a Escola Nacional de Formação Política da CONTAG (ENFOC), realiza, juntamente com a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, o Curso Nacional de Formação Política para Mulheres, onde representantes estaduais, indicadas pelas federações, se formam e retornam aos seus estados como multiplicadoras desse saber.

Posto isto, em Sergipe, as mulheres da Coordenadoria de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe - Fetase, convocam duas representantes de cada movimento, sindicato e associação de trabalhadores e trabalhadoras urbano e rural de Sergipe, bem como representantes de coletivos aguerridos, de organizações e de articulações de mulheres em rede, de entidades de apoio às mulheres, incluindo secretarias municipais e estaduais, conselhos, observatórios sociais, mandatas coletivas, entre outros, para participarem da formação de multiplicadoras com as educadoras populares feministas locais que foram formadas pela ENFOC no curso nacional, utilizando o material dos cadernos de formação enviados para cada estado via federações.

Após participarem da formação, as multiplicadoras retornam para suas bases e compartilham esses saberes trocados no processo formativo com as militantes de suas comunidades e movimentos, potencializando o alcance daquele espaço anterior ao compartilhar com as mulheres daquela localidade uma perspectiva feminista em que é possível se reconhecerem. Pode ser considerada uma práxis feminista que efetiva em suas vivências a fusão entre o processo formativo feminista com a prática rotineira de sustentar suas famílias e suas

⁶ Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

comunidades por meio do trabalho e, assim, conseqüentemente transformar a sociedade que as cerca, ou seja, práxis no sentido marxista que exprime Vázquez (1977).

Em 2023, o material dos cadernos de formação perfizeram treze eixos, sendo eles: Eixo 1 - Democracia participativa e soberania popular; Eixo 2 - Poder e participação política das mulheres; Eixo 3 - Vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo; Eixo 4 - Autonomia e liberdade das mulheres sobre seu corpo e a sua sexualidade; Eixo 5 - Proteção da natureza com justiça ambiental e climática; Eixo 6 - Autodeterminação dos povos, com soberania alimentar, hídrica e energética; Eixo 7 - Democratização do acesso à terra e garantia dos direitos territoriais e dos maréórios; Eixo 8 - Direito de acesso e uso social da biodiversidade e defesa dos bens comuns; Eixo 9 - Vida saudável com agroecologia e segurança alimentar e nutricional; Eixo 10 - Autonomia econômica, inclusão produtiva, trabalho e renda; Eixo 11 - Saúde, previdência e assistência social pública, universal e solidária; Eixo 12 - Educação Pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo; Eixo 13 - Universalização do acesso à internet e inclusão digital.

É perceptível que, em sua maioria, os eixos estão relacionados à garantia de direitos como manutenção de seus territórios, acesso à terra e às condições de produção, preservação do meio ambiente e atenção à emergência climática, soberania alimentar e direitos básicos como saúde, educação e assistência. Entretanto, quatro eixos pautam autonomia das mulheres e serão destacados para análise, não porque são mais importantes do que os outros, mas porque se desviam das pautas majoritárias do movimento camponês que historicamente relegou as pautas femininas à segundo plano.

O primeiro deles é o eixo 2 que versa sobre poder e participação política para mulheres. Neste caderno, argumenta-se porque apesar das mulheres serem mais da metade da população brasileira, não representam a metade das cadeiras no poder legislativo e executivo e nem da direção dos movimentos e sindicatos. Pontua ainda que a tática de dificultar o acesso aos espaços decisórios é uma estratégia de manutenção de poder, orquestrada por quem o detém, que assola, principalmente, gênero e raça específicos.

Na sequência, o caderno do eixo 3 traz o debate acerca das formas de violência serem instrumento de subordinação naturalizada na vivência das mulheres, principalmente as pretas. Assinala a violência de gênero e o racismo institucionais como reflexos do patriarcado e do racismo introjetado na sociedade que se agravam com a exploração do capitalismo e não o contrário. Ainda introduz a questão de que nada na violência é natural, mas comportamentos

aprendidos, ensinados e reproduzidos, baseados nos papéis sociais de gênero que são historicamente construídos com intenção de reforçar os sistemas de opressão.

Já o eixo 4, trata da autonomia e liberdade das mulheres sobre seu corpo e sua sexualidade e sinaliza a importância de defender que as mulheres, especialmente as mulheres do campo, das águas e das florestas, possam decidir sobre seus direitos sexuais e reprodutivos e sua sexualidade sem tabus, além de ter autonomia para decidir se, e quando, querem fazer sexo, tomar contraceptivos e procurar ajuda médica. Ainda frisa a legalização do aborto como uma das dimensões da luta feminista pela emancipação das mulheres.

Por último, mas não menos importante, o eixo 10 aborda que a autonomia econômica das mulheres precisa ser assegurada, pois como, na maioria das vezes, seu trabalho é doméstico e/ou de cuidado, se torna invisível. Além disso, quando as mulheres produzem renda com trabalho artesanal não é encarado como renda de subsistência, mas visto como ajuda. Um ponto de tensão para a agenda feminista é explicar que não há nada biológico que coloque as mulheres na maioria das vezes no trabalho doméstico e/ou de cuidado, mas que esse papel atribuído ao gênero é histórico-socialmente produzido e que o trabalho produtivo, aquele que gera renda ou salário, não seria possível sem o trabalho reprodutivo, aquele que garante a sobrevivência da espécie.

Derivado do processo formativo, é elaborado um documento que expõe pontos de reivindicação ou proposta para superação de desafios encontrados, pensados e pautados pelas mulheres participantes das atividades, agora formadas multiplicadoras dos saberes trocados entre elas. Cada federação envia seu documento à CONTAG que compila tudo em um único tratado que será endereçado aos três poderes da república.

Na particularidade do documento produzido pelas mulheres formadas na FETASE em 2023, apenas as reivindicações referentes a três dos treze eixos não apresentaram a centralidade dos impactos daquela temática para a vida das mulheres, sendo que apenas 4 cadernos foram analisados como alusivos ao debate de gênero. No eixo 7, por exemplo, que insere as questões concernentes à democratização do acesso à terra e garantia dos direitos territoriais e dos maréitorios, um dos problemas apontados foi a não aceitação das mulheres na luta por parte da família e a proposta para superação foi empoderamento para que as mulheres se sintam parte do crescimento da família como trabalhadoras rurais.

Outro exemplo, é o do eixo 11, saúde, previdência e assistência social pública, universal e solidária. Apesar de nenhum dos problemas apontados mencionar a mulher, duas das propostas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de superação foram garantir a participação popular das mulheres em conferências e conselhos e formação de políticas públicas para mulheres. No eixo 12, que trata sobre educação pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo, uma das propostas é de que os espaços públicos educativos debatam e pratiquem a igualdade entre os gêneros.

É tangível que, para as mulheres camponesas que participaram da formação de multiplicadoras para a Marcha das Margaridas, o estudo desses eixos se refletiu em uma quebra de paradigmas de comportamentos consolidados na sociedade atual, “porque são justamente a materialização da resistência e existência de outras formas de habitar, organizar e de cuidar” (Lima; Vasconcellos; Jalil, 2021, p. 08). Isso pôde ser constatado no fato de que as reivindicações pautadas na maior parte dos demais eixos foram influenciadas pelas discussões relacionadas aos eixos específicos dos debates de gênero, como supracitado.

Considerações Finais

Apesar da marginalização que os movimentos sociais e populares ainda sofrem até os dias atuais, é perceptível o avanço que a Marcha das Margaridas galgou para as mulheres camponesas, das águas e das florestas e mulheres organizadas da cidade, nos últimos vinte três anos desde sua primeira realização.

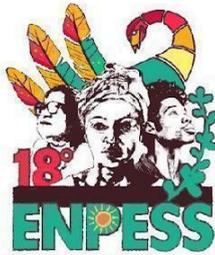
As análises empreendidas endossam que a formação política de base feminista construída juntamente à formação de multiplicadoras é a ferramenta curinga que resulta na eficácia desse movimento, haja vista que promove às mulheres que dele participam uma tomada de consciência de estarem enredadas na formatação de uma sociedade cisheteropatriarcal, racista e classista que as convenceu de que só tem um único papel a desempenhar, aquele atribuído ao seu gênero.

Por fim, conclui-se que as mulheres camponesas de Sergipe, após se reconhecerem como feministas, devem ser entendidas como agentes de enfrentamento ao sistema cisheteropatriarcal, racista e capitalista que se impõe na sociedade e também nos coletivos políticos onde estão inseridas, pois imbuídas da teoria adquirida no processo de formação de multiplicadoras, podem se tornar produtoras ativas da transformação objetiva de suas realidades.

Referências:

GOHN, Maria da Gloria. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 10.ed. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Gloria. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & Sociedade**, [s. l.], Nº 11, Outubro de 2007.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1255>>. Acesso em: 24 mar. 2024.

LIMA, Márcia M. T.; VASCONCELLOS, Bruna M.; JALIL, Laetícia. Mulheres populares e a sustentabilidade da vida na América Latina: recontar histórico e importância na atualidade. **Revista Interstícios de la política y la cultura**: Intervenciones latinoamericanas, Córdoba, v. 10, ed. 19, p. 7-29, 22 jul. 2021. Disponível em: <<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/intersticios/article/view/33000>>. Acesso em: 24 mar. 2024.

MONTANO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, C. N. Nas 'ondas' do feminismo: movimentos em avanço. *In*: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades - CONINTER 4, 2015, Foz do Iguaçu. ANAIS CONINTER 4, 2015. p. 45-59.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica).

SANTOS, Laiany Rose Souza. **A espacialização da luta das mulheres camponesas em Sergipe: feminismo e resistência**. 2019. 223 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/11261/2/LAIANY_ROSE_SOUZA_SANTOS.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2024.

SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. **Cadernos de Formação para a Marcha das Margaridas 2023**. Brasília: CONTAG, 2023.

SILVA, Carmen S. M. **Feminismo popular e lutas antissistêmicas**. Recife: Edições SOS Corpo, 2016.

SIMIONATTO, I.. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katálysis**, v. 12, n. 1, p. 41-49, jan. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/cBXgDXkt7dJsx4Chbd6SpTD>>. Acesso em: 24 mar. 2024.

TEIXEIRA, Anna Carolina *et al*, (org.). **Marcha das Margaridas: caminhos, memórias e repercussões**. Brasília: CONTAG, 2023.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª. Edição, 1977.